



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**

**ATA DE REUNIÃO Nº 5/2025 - CPCO (11.00.03)**

**Nº do Protocolo: 23006.012145/2025-65**

**Santo André-SP, 30 de Abril de 2025**

**(Assinado digitalmente em 23/05/2025 16:**

**48 )**

**VANESSA SANTOS DE OLIVEIRA**

*ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO*

*SACAC (11.01.03.03)*

*Matrícula: 3375767*

**(Assinado digitalmente em 26/05/2025 08:**

**08 )**

**WAGNER ALVES CARVALHO**

*PRESIDENTE - TITULAR (Titular)*

*CPCO (11.00.03)*

*Matrícula: 1601156*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sig.ufabc.edu.br/documentos/> informando seu número: **5**, ano: **2025**, tipo: **ATA DE REUNIÃO**, data de emissão: **23/05/2025** e o código de verificação: **faf037b361**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

**Comissão Permanente de Convênios (CPCo)**

**ATA nº 04/2025/CPCo**

Ata da IV sessão ordinária da CPCo de 2025, realizada às quatorze horas e um minuto do dia trinta de abril de dois mil e vinte e cinco, de forma remota. A reunião é presidida pelo representante titular da Pró-Reitoria de Pesquisa e presidente da comissão, Wagner Alves Carvalho, com a presença dos seguintes **membros**: André Santarosa Ferlauto, representante titular do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Fábio Danilo Ferreira, diretor da Agência de Inovação da UFABC (INOVA); Danilo da Cruz Centeno, representante titular do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Débora Maria Rossi de Medeiros, representante titular do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC), Hugo Puertas de Araújo, representante do CMCC; Edson Pinheiro Pimentel, representante titular da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC); Sara Cid Mascareñas Alvarez, representante titular da Pró-Reitoria de Administração e Charles Morphy Dias Santos, representante titular da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (ProPG). **Convidados**: Erik Gustavo Conte, docente do CECS; Anibal de Andrade Mendes Filho, docente do CECS; Cezar Monzu Freire, docente do CECS; Carolina Simões Galvanese, docente do CECS; Adalberto Mantovani Martiniano de Azevedo, docente do CECS; Claudio Luis Camargo Penteado, docente do CECS; Reinaldo Marcondes Orselli, docente do CECS; Fernanda Ana da Silva, da Pós-Graduação e Glaucia Bambirra Silveira, Chefe da Divisão de Parcerias da INOVA. Apoio administrativo: Vanessa Santos de Oliveira, assistente em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, Fábio Furlan, após cumprimentar os presentes, inicia a sessão. **Informes**: Fábio informa que nos próximos dias será efetuado um envio de proposta de minuta a respeito de critérios relativos à TRI (taxa de ressarcimento institucional) para os conselheiros da comissão e estes podem sugerir alterações para que nova redação seja discutida na próxima sessão, a fim de que os critérios fiquem mais claros e guiem as análises dos membros. **Ordem do Dia**: 1- Ata da III Sessão ordinária de 2025, realizada no dia dezanove de março de 2025. A ata foi aprovada por unanimidade. 1. Esclarecimentos de celebração de TED com a Universidade Federal de São Paulo, referente ao desenvolvimento do projeto intitulado "Projetos Contemplados pela Emenda Parlamentar 32280004". **Relatoria: Daniel Pansarelli;** Por impossibilidade de comparecimento de Daniel, os esclarecimentos terão lugar na próxima reunião da comissão. 2. Homologação de parecer ad referendum de acordo de cooperação com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – Processo nº 23006.006352/2025-81. **Demandante/Relatoria: Charles Morphy Dias dos Santos e INOVA;** Charles explica alguns pormenores do acordo de cooperação, que permitirá que os alunos com excelente desempenho no mestrado possam passar ao doutorado sem defesa e recebendo a bolsa respectiva. Será aberto edital com os critérios e a expectativa é que futuramente mais programas da universidade também possam participar. Wagner lembra que, devido prazos advindos da Capes e FAPESP, foi necessária a aprovação *ad referendum*. Sara relata que teve dúvidas ao ler no parecer da procuradoria que à CPCo cabe aprovar o plano de trabalho e o mérito do projeto, mas nos documentos disponibilizados não há plano de trabalho, apenas o acordo firmado. Charles explica que o plano de trabalho será posterior à assinatura do projeto e nele conterão quais os programas

que têm nota 6 (seis) e como serão selecionados os alunos. Gláucia confirma que plano de trabalho foi recebido pela Inova e se dispõe a apresentá-lo, caso membros achem necessário antes de homologarem o parecer. Sara sugere que posteriormente seja compartilhado e, caso haja dúvidas, na próxima reunião poderia ser esclarecido, com o que a comissão prontamente concorda. Sem manifestações contrárias, item é aprovado por unanimidade. **3. Aprovação de celebração do 1º termo aditivo de prorrogação de vigência e a alteração de Plano de Trabalho aprovado por meio do Parecer nº 15/2023-CPCo, objeto do processo nº. 23006.005138/2023-01. Demandante/Relatoria: Erik Conte e INOVA;** Aníbal relata o item e explica que o projeto sofreu um atraso relativo a burocracias ligadas a pagamentos, então a prorrogação foi necessária. Gláucia esclarece que no aditivo não houve acréscimo de recursos, apenas remanejamentos de rubricas. O aditivo passou pela Procuradoria, a qual fez algumas recomendações: uma alteração na minuta do termo aditivo, submissão à CPCo, considerando os ajustes feitos, e juntada da ata do Conselho do Centro. Sem manifestações contrárias, item é aprovado por unanimidade. **4. Aprovação de celebração do 1º termo aditivo de redução de vigência e a alteração de Plano de Trabalho aprovado por meio do Parecer nº 15/2024-CPCo, objeto do processo nº.23006.001405/2024-96\*. Demandante/Relatoria: Danilo Justino Carastan e INOVA;** Devido ausência de relator, Gláucia explica item e esclarece que foi necessário ajuste e, após consenso, diminuiu-se a vigência do projeto. Após análise na Procuradoria, compreendeu-se ser possível celebração de termo aditivo mediante análise prévia da comissão. Após consulta aos membros, item foi aprovado por unanimidade. **5. Aprovação de celebração do 1º termo aditivo ao APPD&I nº.08/2023 e a alteração de Plano de Trabalho aprovado por meio do Parecer nº 34/2023-CPCo. Processo nº 23006.010732/2023-58. Demandante/Relatoria: Mathilde Champeau e INOVA;** Gláucia explica tratar-se de um pedido de prorrogação de vigência por mais 3 (três) meses. Após consulta à Procuradoria, entende-se ser possível a prorrogação do prazo de vigência, sem adição de recursos, desde que aprovada pela comissão. Com item na Ordem do Dia, comissão o aprova por unanimidade. **6. Homologação de parecer ad referendum do termo aditivo ao Termo de Cooperação nº11/2020 firmado com a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial –EMBRAPII. Demandante/Relatoria: Demétrio dos Santos e INOVA;** Por ausência de relator e a pedido deste, Fábio explica que aditivo é sobre acordo que formaliza o funcionamento da unidade da EMBRAPII na UFABC. Tal item é de um acordo firmado no ano de 2020 e foi solicitada a aprovação *ad referendum* para que a unidade já conseguisse ter acesso aos recursos e continuação dos projetos. André questiona se aditivo altera vigência para 10 (dez) anos. Fábio confirma e explica que unidade anteriormente possuía um plano mais modesto e, uma vez alcançado, essa expansão foi proposta. Gláucia complementa e informa que a documentação foi analisada também pela Procuradoria, que fez recomendação de avaliação e alteração da minuta, as quais já foram feitas, e aprovação da CPCo. Em votação, comissão homologa o parecer por unanimidade. **7. Aprovação de celebração do 1º termo aditivo ao Termo de Execução Descentralizada nº 01/2024 firmado com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). – Processo nº23006.009279/2024-18. Demandante/Relatoria: César Monzu Freire e INOVA;** César comenta tratar-se de prorrogação de mais um ano de parceria com a UFRN que já existe há algum tempo. Os sistemas de informações têm recebido atualizações constantes, por esse motivo a prorrogação é importante, mas a universidade tem caminhado bem em sentido de ganhar mais autonomia com os ajustes necessários e, por isso, número de itens do acordo foi reduzido. De acordo com a ProPlaDI (Pro-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional), não há disponibilidade de recursos disponíveis para a celebração orçamentária, mas logo haja a disposição, será informado. Sara questiona se item pode ser aprovado com a condicionante de haver orçamento para a celebração e só então assinar aditivo ou se na aprovação da celebração deste haverá uma observação com relação a isso. Gláucia sugere a segunda opção para celeridade do processo e não há oposição. Em seguida, item é votado e aprovado por unanimidade com a condicionante de disponibilidade orçamentária. **8. Aprovação de celebração do Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Secretaria**

Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a contratação da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) – Processo nº 23006.008915/2025-75.  
Demandante/Relatoria: Carolina Galvanese e INOVA; Carolina explica projeto e diz que seus eixos são garantir alimentação da população mais vulnerável do país, bem como promover inserção produtiva de agricultores em situação de pobreza. O projeto durará 9 (nove) meses e conta com equipe de 12 (doze) pessoas. Gláucia chama a atenção para o fato de que o item já está enquadrado na nova resolução sobre TRI. Em regime de votação, item é aprovado por unanimidade. Wagner aproveita para informar que nova Resolução nº 241, em seu artigo 3º, parágrafo 2º a informação de que a CPCo deverá apresentar anualmente relatório de atividades com o destaque para as isenções e reduções de TRI aprovadas em exercício anterior, o que já foi sinalizado à secretaria-geral. 9. Aprovação de celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED) com Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e contratação de Fundação de Apoio – Processo nº 23006.008920/2025-88.  
Demandante/Relatoria: Cláudio Luis Penteado e INOVA; Luis Cláudio relata o item e diz que já conta com o valor da TRI e prevê a disponibilização de bolsas para os alunos. Em seguida, se dispõe a esclarecer eventuais dúvidas. Gláucia comenta que para formalização do TED não é necessário passar pela Procuradoria, mas somente na contratação da fundação de apoio. Após votação, item é aprovado por unanimidade. 10. Homologação de parecer ad referendum de isenção de cobrança de Taxa de Ressarcimento Institucional (TRI) projeto “Universidade de e para Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis” – Processo nº 23006.002663-2025-71\*.  
Demandante/Relatoria: Adalberto Mantovani e INOVA; Gláucia comenta que item tramitou internamente por todas as instâncias antes da aprovação da Resolução nº 241. Quando esse projeto passou antes pela comissão, foi apontada a falta de justificativa para contratação de Fundação de Apoio, a qual já foi elaborada e juntada ao processo administrativo. Como o trâmite já havia sido feito antes da nova resolução, o relator não teve êxito em negociar com o Ministério para um maior esclarecimento e, também, como era algo já aprovado antes, foi pedido que se mantivesse a isenção anteriormente concedida pela comissão. Adalberto confirma que a documentação já havia sido enviada. O projeto vem sendo alinhado com o Ministério desde janeiro de 2024, mas houve uma restrição orçamentária e as tratativas foram pausadas e, posteriormente, foi possível reservar um determinado valor já pequeno, o que impossibilitou um provável pagamento de TRI. Wagner informa que ao receber pedido de isenção de TRI, foi-se discutida possibilidade com o pró-reitor Daniel Pansarelli se haveria possibilidade de atendimento da solicitação. O pedido foi aceito porque, devido situação já avançada de negociação, havia risco de inviabilizar projeto na impossibilidade de se conceder isenção. Sara manifesta dúvida no sentido da necessidade de realmente haver um parecer, pois item já havia sido analisado e aprovado com isenção pela comissão enquanto vigente normativa anterior, a qual já previa que não havia aplicação de TRI quando se tratasse de recurso ministerial. No caso, bastaria considerar a norma em curso na época em que o item passou pela comissão. Gláucia justifica que caso retornou por precaução para o professor e área demandante como uma proteção jurídica e legal. Em seguida, comissão aprova unanimemente e parecer é homologado. 11. Homologação de parecer ad referendum de isenção de cobrança de Taxa de Ressarcimento Institucional (TRI) projeto “Criação da Rede de Referência em Saneamento Rural FUNASA (SANART)” – Processo nº 23006.024458/2024-85. Demandante/Relatoria: Rodrigo de Freitas Bueno e INOVA; Wagner menciona que este item se trata de mesmo caso do anterior. Gláucia observa que relator não está presente na reunião e explica que item deveria ter sido assinado no ano anterior, mas por restrições orçamentárias não foi feito, sendo possível a formalização provavelmente este ano. Em votação, comissão aprova de forma unânime a homologação do parecer. 12. Aprovação do relatório de gestão da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) referente ao ano de 2024 e recomenda a renovação da autorização da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), como Fundação de apoio à UFABC, biênio 2025/2026 - Processo nº 23006.006510/2025-01\*.

**Demandante/Relatoria: Reitoria e INOVA;** Gláucia expõe que a FUNDEP é autorizada como Fundação de Apoio da universidade desde 2009, a vigência da portaria é de 1 (um) ano a partir da publicação, que foi ao final do ano de 2024. A avaliação de desempenho foi realizada e a FUNDEP encaminhou o relatório de gestão referente ao ano mencionado para ser validado. O item foi trazido com antecedência à comissão, pois ainda precisa ser encaminhado ao ConsUni. Na avaliação de desempenho, no mês de março de 2025, havia 47 (quarenta e sete) projetos em andamento na universidade. Foram enviadas mensagens aos coordenadores de projetos solicitando resposta de avaliação e 19 (dezenove) respostas foram recebidas relacionadas a medidas de desempenho como eficiência e economicidade, por exemplo. Como resultado, 89,5% (oitenta e nove e meio por cento) dos coordenadores recomendam a renovação de autorização. Há alguns problemas, os quais a Inova admite estar ciente de atenção, mas no geral houve melhora da atuação. Wagner cita que o item trata tanto da aprovação do relatório de gestão, quanto da recomendação de renovação e questiona se avaliação indica que houve melhora na resposta em relação a atendimento. Gláucia responde que percebe algumas modificações internas na FUNDEP, aproximando os analistas dos departamentos de aquisições e contratações deles e isso proveu relativa melhora, porém os coordenadores ainda apresentam alguns problemas. Quando isso ocorre, a Inova intermedia junto à fundação para que haja a resolução e hoje há menos reclamações. André questiona se a FUNDEP não faz um relatório específico para a UFABC. Gláucia confirma que não e salienta que o que MEC e MCTI exigem para renovação é o relatório de gestão da fundação como um todo, constando a UFABC em 2 (duas) páginas do referido relatório. Sara corrobora a melhora mencionada por Gláucia, mas chama a atenção para o fato da pesquisa ser pouco representativa, pois são poucos os coordenadores que fazem a avaliação. Dessa forma, é importante frisar que a participação na pesquisa é necessária. Gláucia explica que a Inova sempre reforça e relembra a importância aos coordenadores de respostas. Fábio confirma que a Agência vem buscando meios de resolução para os problemas que surgem, levando em conta relatórios de fiscalização e emitindo notificações, se preciso. Com item na ordem do dia sem oposição, item é votado e aprovado. André sugere que talvez uma reunião com os coordenadores ofereceria respostas mais condizentes com o que ocorre no dia a dia. Em regime de votação, item é aprovado por unanimidade. **13. Recomendação da renovação da autorização da FAPUNIFESP, como Fundação de apoio à UFABC, biênio 2025/2026\*.**

**Demandante/Relatoria: Reitoria e INOVA;** Gláucia chama a atenção para o fato de que a Fundação é recente no apoio à universidade. O relatório de gestão feito pelo órgão ainda não está concluído, mas tão logo seja enviado, será incluído na pauta da comissão. O que se encontra disponível é a avaliação de desempenho e neste constam 14 (processos) feitos entre a validade de 2024 e 2025 entre várias áreas da universidade. A pesquisa foi enviada a 10 (dez) coordenadores de projetos, mas apenas 5 (cinco) responderam. Sendo utilizados os mesmos indicadores da FUNDEP, a recomendação de renovação foi recomendada por 80% (oitenta por cento) dos coordenadores. No anexo 1 (um) há informações pertinentes aos projetos e no anexo 2 (dois) há relação de coordenadores e resultado da avaliação. Já na Ordem do Dia, item é votado e aprovado por unanimidade. **14. Análise de recolhimento de TRI. Processo nº 23006.027078/2024-41\*.** **Demandante/Relatoria: Reinaldo Marcondes e INOVA;** Reinaldo se coloca à disposição para esclarecimentos. Gláucia explica que Centro aprova a Atividade Externa Remunerada dos docentes e encaminha à comissão. No caso em questão, o prazo de duração do projeto era de 4 (quatro) anos, mas não havia previsão de data de pagamento da TRI, sendo parte da atividade da Inova verificar essa questão. Foi proposto pela Agência que o pagamento ocorresse em 4 (quarto) parcelas e, posteriormente, concordância entre docente e diretor do Centro que mudasse para 3 (três) parcelas iguais de R\$ 9.922,14 (nove mil, novecentos e vinte e dois reais e quatorze centavos), porém não se conseguiu chegar a um consenso do momento do recolhimento, por isso está sendo levado à comissão e sugere que futuramente essa questão conste em normativa para haver mais facilidade de estipular a data. Wagner comenta que quando for discutida resolução referente à TRI, pode haver esse detalhamento e questiona a Reinaldo se

há sugestão de data. Reinaldo esclarece que informação de recolhimento da TRI não constou no Plano de Trabalho porque na época não havia uma informação clara de quando haveria pagamentos relativos à atividade. De acordo com a Gláucia, como a duração para o projeto é de 48 (quarenta e oito) meses e o docente recebe mensalmente, um recolhimento anual poderia ser vantajoso à universidade. Sara sugere que recolhimento possa ser feito dentro do período de execução, de forma que possibilite às áreas envolvidas receberem e utilizarem esse recurso da melhor maneira possível. Caso o Centro concorde com um recolhimento ao ano no 1º semestre, seria possível um recolhimento ao final de junho do ano corrente e, posteriormente, junho de cada ano subsequente. André chama a atenção para a importância desses valores chegarem com celeridade aos Centros para que seja utilizada em tempo e reforça a necessidade de um calendário futuro de pagamentos. Reinaldo questiona André qual seria a melhor forma de recolhimento para a utilização do CECS e este sugere que seja feito o primeiro recolhimento no mês de junho do ano corrente, levando em conta todos os meses já executados e, para os próximos, no mês de março. Gláucia comunica que irá efetuar o cálculo dos valores e entrará em contato com o docente para passar instruções. Já alçado à Ordem do Dia, Wagner coloca em votação o primeiro recolhimento para junho do ano corrente, depois março de 2026, março de 2027 e o último para o ano de 2028 com o residual que houver de abril do ano anterior até final do projeto. Não havendo oposição, item é aprovado por unanimidade. **15. Aprovação de minuta do edital de chamada pública para execução do projeto XVII Simpósio de Iniciação Científica\***; Fernanda explica no que consiste o edital de chamada e esclarece que este não envolve recursos financeiros, apenas intenciona um patrocinador que possa disponibilizar um *coffee break* ou um palestrante que contribua dentro da temática do ano. O termo de adesão está sendo confeccionado para se adequar ao edital e ser enviado à Procuradoria. Wagner lembra que a possível aprovação da comissão fica condicional a indicativas que a Procuradoria possa apresentar posteriormente. Sem observações, a minuta é aprovada por unanimidade. **16. Análise de Atividade Externa Remunerada. Processo nº 23006.008942/2025-48\***. **Demandante/Relatoria: Acácio Sidinei Almeida Santos.** Wagner lembra a comissão de que Acácio justificou previamente sua ausência e relatou o projeto via email, com as informações e esclarecimentos necessários. Wagner abre a discussão para que os membros apresentem suas considerações e Gláucia questiona se valor de recebimento contempla pagamento da TRI e Fábio diz que sim. Em seguida, Sara informa que consta o valor de R\$21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais) para TRI. Já na ordem dia, item é votado e aprovado por unanimidade. Em seguida, Wagner indica que será feita uma discussão futura sobre a questão da TRI para que os procedimentos sejam melhor organizados. Wagner dá por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Vanessa Santos de Oliveira, assistente em administração da Secretaria-Geral, lavro esta ata que, após aprovada, será assinada por mim e pelo presidente em exercício da CPCo.

VANESSA SANTOS DE OLIVEIRA  
Assistente em Administração

WAGNER ALVES CARVALHO  
Presidente da CPCo